



Acta Scientiarum. Language and Culture
ISSN: 1983-4675
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

de Mello, Sânderson Reginaldo
A Poética da Ancestralidade em "Oiobomé": a epopéia de uma nação", de Nei Lopes
Acta Scientiarum. Language and Culture, vol. 33, núm. 1, 2011, pp. 149-150
Universidade Estadual de Maringá
.jpg, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307426647018>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

A Poética da Ancestralidade em “Oiobomé”: a epopeia de uma nação”, de Nei Lopes

LOPES, Nei. “*Oiobomé*”: a epopeia de uma nação. Rio de Janeiro: Agir, 2010. ISBN 8522010331.

Sânderson Reginaldo de Mello^{1,2}

¹Faculdade Cidade Verde, Av. Advogado Horácio Raccanelo Filho, 5950, 87020-035, Maringá, Paraná, Brasil. ²Faculdades de Dracena, Av. Alcides Chacon Couto, 395, 17900-000, Dracena, São Paulo, Brasil. E-mail: sanderson.mello@uol.com.br

“Utopia” é a palavra-chave para se compreender o romance “*Oiobomé*”, do escritor brasileiro Nei Lopes (1942). Notadamente, o recente interesse por essa temática encontra, no Brasil, uma fecunda ressonância, como as pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Estudos sobre a Utopia (U-TOPOS), do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade de Campinas (Unicamp), que tem cooperado com instituições internacionais para a adequação do conceito de “utopia” enquanto gênero literário. Com efeito, uma vez que o século XX tenha sido caracterizado como o período da crise das utopias, essa discussão temática e suas abordagens nos múltiplos campos do conhecimento permitem direcionar o olhar do homem sobre o mundo atual. Nesse sentido, se por “utopia” compreende a ideia de “nenhum lugar” (Gr.: *ou-tópos*, Lat.: *utopia*), logo, em “*Oiobomé*”, a referência ao roubo do livro de Thomas Morus, *A utopia* (1516), no final da narrativa, em 9 de maio de 1942, curiosamente a mesma data do nascimento de Nei Lopes, é, de fato, uma particularidade essencialmente emblemática. Por sua vez, *De optimo reipublicae statu deque nova insula*, ou simplesmente “A utopia” de Thomas Morus, é um romance filosófico em cujo espaço, uma ilha imaginária homônima, a organização política e social extingue a propriedade individual e a intolerância religiosa.

Nesse aspecto, a referência intertextual no romance de Nei Lopes, versátil compositor e pesquisador das representações culturais afro-brasileiras, não apenas marca o dialogismo ideológico entre os textos, mas caracteriza a narrativa como uma forma de ver/pintar o mundo através de uma superfície alegórica, a emancipação da república insular de “*Oiobomé*”, um Estado fictício constituído no fim do século XVII pelo ex-escravo brasileiro Domingos Vieira dos Santos. Porém, se a ideia de um Estado utópico tanto emergira em “A República”, de Platão, “A Cidade de Deus”, de Agostinho de Hipona, ressurgira em “A Utopia”, de

Thomas Morus - obra esta escrita em um período de divulgação dos valores Humanistas, promovidos pela efervescente cultura do Renascimento -, quanto germinara nas narrativas utópicas e distópicas do século XX, por conseguinte, poderíamos supor que a razão plausível do princípio utópico que permeia a natureza diegética de “*Oiobomé*” fosse motivada pelo despertar de um espírito de valorização democrática e sociopolítica, ou, talvez, pela consolidação do Brasil, durante o último decênio, como potência econômica mundial. Em contrapartida, considerando a instância alegórica do texto, “*Oiobomé*” é uma sociedade em contravésão, um contraponto em relação ao mundo atual, confirmado, portanto, a dinâmica utópica da obra, ao representar uma realidade que, num olhar em profundidade, diferencia-se do mundo que se observa, ou que se pretenda fazer crer.

Diante dessa perspectiva, é possível notar que a escritura do romance de Nei Lopes se alicerça num denso programa ideológico, sobre o qual se edifica a “epopeia de uma nação”, como forma de exaltação individual e coletiva do “peito ilustre” oiobomense, ou, como alude o símbolo heráldico do Saci Pererê (Sací Kpededé) - “muito bonito”, em fongbé - a representação do afro-indígena brasileiro. Contudo, sob o ponto de vista alegórico, “*Oiobomé*” não supõe tratar de uma época do passado, ou de um suposto futuro, mas, como percebemos, é um relato que deve estar situado no tempo presente, na medida em que faz emergir a possibilidade do impossível, como manifesto de inconformidade com a condição da vida do homem negro contemporâneo. Com efeito, o advento de obras de princípios utópicos sempre ocorreu nos momentos em que o mundo ideal (virtual, imaginário) se revela como resposta ao mundo visível (concreto, real), e, efetivamente, quando esse mundo sensível se mostra conturbado. Nesse sentido, “*Oiobomé*” é um lugar imaginário, mesmo que sua suposta localização seja por alusão a Ilha de Marajó, no Grão-Pará. Todavia, a

escritura do relato de Nei Lopes se solidifica através do processo que denominamos “Poética da Ancestralidade”, concebido pela construção de um discurso rapsódico, no qual se articulam elementos de extração histórica, linguística e cultural das raízes afro-brasileiras.

Assim, emoldurada por um prólogo e um epílogo, a história da ex-república de “Oiobomé” é narrada em treze capítulos. Na atualidade, “Oiobomé”, nome inspirado nos impérios de Oyo e Abomé, origem dos antepassados de Domingo Vieira dos Santos, é um país governado por uma monarquia constitucional e hereditária. Considerado o terceiro país a se proclamar independente nas Américas, “Oiobomé” possui uma população de 5,3 milhões de habitantes, dos quais 57% são pretos, 40% afro-mestiços, 3% indígenas e 1% de outras origens étnicas, como a europeia, e um território de quarenta mil metros quadrados, sem analfabetismo, fome, doença e criminalidade.

No entanto, o início da história ambienta uma reunião secreta dos inconfidentes, dentre os quais surgem os nomes de Francisco de Paula Freire de Andrade, Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto, Joaquim José da Silva Xavier e Francisco Domingo Vieira dos Santos, uma incômoda presença negra entre os bem-nascidos. Dos Santos, como passaria a ser reconhecido, era um escravo alforriado e culto, por iniciativa de seu antigo dono e benfeitor, João Vieira dos Santos, ex-coronel de dom José I. Com o tempo, Dos Santos inicia suas atividades no comércio de óleo de baleia, vindo a se tornar amigo e entusiasta dos princípios revolucionários do alferes Xavier, o Tiradentes. Com o desmantelamento da conspiração, Dos Santos foge para o Grão-Pará, atemorizado com as possíveis retaliações advindas do seu envolvimento com os inconfidentes, levando consigo vários projetos do alferes. A partir de então, dá-se o início de sua heróica trajetória na formação de um Estado independente, arquitetado a partir dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, cujo anseio, em princípio, é consolidado por escravos quilombolas, mas, posteriormente, ampliado por índios e outras tantas populações igualmente excluídas do Brasil e das Américas.

Entretanto, a narrativa não mantém o lirismo com o qual abre o relato, retornando apenas ao término do texto. Assim, a enumeração dos vários eventos e personalidades que se sucedem ao longo da história de “Oiobomé” torna a exposição até certo ponto enfadonha, não garantindo totalmente aquele “engenho e arte”. Pode-se avaliar, portanto, que essa particularidade tenha sido motivada pelo empenho em se concatenar rapsódia e epopéia, com o objetivo de se garantir o esperado efeito de verossimilhança à narração. Contudo, deve-se apontar que o romance de Nei Lopes não incide exclusivamente em ufianismo

gratuito, pois discorre sobre heróis e vilões, sejam negros ou brancos. Isso demonstra que o amadurecimento político e social de um povo se mostra elevado quando não oculta suas contradições, evidenciando os descaminhos percorridos por aqueles que são influenciados pelo poder e pela corrupção.

Em vista disso, “Oiobomé” é a forma ideológica de uma corporeidade ancestral afrodescendente, suporte virtual ontológico que busca integrar a diversidade das raízes históricas e culturais desses povos, através de uma concepção temporal que deve ser compreendida enquanto estado de permanência. Desse modo, a ancestralidade concebe como objeto de valor a tradição, cuja diversidade não deve ser pensada como segregação. Nesse caso, uma poética da ancestralidade se constitui pela assimilação de certas singularidades que possibilitam a integração entre os valores culturais dos afrodescendentes diante de um intrínseco sentimento de desterritorização. É sobre essa base utópica que se pretende perfilar os limites desse corpo territorial, concebendo, portanto, a dimensão insular de “Oiobomé” como ponto de chegada; os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade como filosofia; o caráter heróico como atitude ética; a exaltação das tradições através do resgate da memória cultural e etnográfica; e a valorização do transcendental por meio da diversidade ritualística do vitalismo oiobomense.

Enfim, o romance de Nei Lopes chama a atenção para a exclusão dos negros e indígenas de um programa nacional mais igualitário, justo e democrático. De fato, o Brasil ainda exibe ecos do sistema pós-colonial, cujo preconceito e concepção de superioridade do branco com relação ao negro e índio ainda estão profundamente enraizados pela elite intelectual, política e econômica. A narrativa de Nei Lopes promove também a reflexão sobre a conscientização efetiva da sociedade brasileira como identidade plural, formada pelo caráter de miscigenação, de matrizes tupi, africana e europeia. Assim, “Oiobomé”, é uma alegoria do insulamento e da marginalização das camadas desfavorecidas, e não somente da afro-descendente. E, desse modo, constituindo-se não como literatura de resistência, mas de emancipação, “Oiobomé” demonstra que os ideais republicanos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade são ainda utópicos para uma ampla parcela da população, e nos faz cogitar se vivemos efetivamente em um país de todos.

Received on November 24, 2010.

Accepted on December 24, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.